

ESPÓLIO PINTO QUARTIM

n.º 1135

B.106

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

PORTUGAL

ESTATUTOS

APROVADOS NO

II Congresso Operário Nacional

Realizado na cidade de Coimbra, nos dias 13 a 18
de Setembro de 1919



1919

Tip. da Associação dos Compositores Typographicos
Travessa da Agua do Flor, 55

LISBOA

S.

B.106

2016 OCT 20 10:00 AM
LIBRARY OF CONGRESS

CONFERENCE REPORT ON THE
FUTURE OF THE NATION

REPORT

TESTIMONY

OF THE

COMMISSION ON THE FUTURE OF THE NATION

HEARD AT THE
HEARINGS OF THE



CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

— PORTUGAL —

ESTATUTOS

APROVADOS NO

II Congresso Operário Nacional

Realizado na cidade de Coimbra, nos dias 13 a 16
de Setembro de 1919



1919

Tipografia da Associação de Classe dos Compositores Tipógrafos
Travessa da Água de Flor, 85

LISBOA

DEPARTMENT OF THE INTERIOR

1891

UNITED STATES

GEORGE W. BROWN

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR



PREAMBULO

A alinea *a)* do Parecer da Comissão sobre as teses da Organização Operária que foi aprovado no Congresso Operário de Tomar, prescrevia que se deveria organizar a Confederação Operária Portuguêsa, (e que o II Congresso Operário Nacional, Coimbra, 1919, resolveu se designasse: *Confederação Geral do Trabalho*) como principal aspiração futura, vindo esta a ser um facto num futuro congresso, em face do desenvolvimento da organização federativa.

São já passados mais de cinco anos depois dêsse congresso, e se, em virtude da depressão orgânica determinada pela guerra, as federações de indústria e uniões locais não se intensificaram como seria para desejar, o certo é que depois da guerra terminada se está observando o desenvolvimento que aquellas uniões vão tendo nos principais centros produtores do país, manifestando-se acentuadamente a tendência para o robustecimento das federações nacionais de industria existentes e a promessa de que novas se organizarão em diferentes industrias, dentro em breve.

Se, por um lado, se acentua o desejo intenso de vários sindicatos quererem levar a efeito a organização das respectivas federações de industria, pelo outro, os acontecimentos internacionais, especialmente no Oriente europeu, apressam o desenvolvimento e complemento da organização operária do país, até agora incompleta e um tanto ou quanto hesitante.

A revolução social emancipadora aproxima-se e os trabalhadores portuguezes, que são lógica e necessariamente forçados a tomar parte nela, encontram-se ainda a braços com a sua organização imperfeita, incompetente para assumir os encargos de grave responsabilidade que a revolução económica acarreta, sendo certo; entretanto, que a revolução osu vem libertar e que se não se faz em pouco tempo o que

há muito deveria estar feito, maiores obstáculos e dificuldades encontrará o proletariado para desempenhar cabalmente conscientemente a missão que a história e as próprias necessidades de defesa lhe impõem.

O tempo é, pois, pouco, e as necessidades são muitas, quanto á organização sindical e confederal.

Importa conhecer-se, por estudos próprios, qual a produção de cada indústria, qual consumo por localidade, a capacidade produtiva de cada região agrícola e todos estes trabalhos essenciais, fundamentais, que demandam inúmeros esforços, canceiras e tempo, só os pode efectivar uma organização completa, com vistas largas e certas para medir o alcance e transcendência de uma magna obra de transição da sociedade sem profundos abalos e dificuldades que determinem retornos ao passado.

Atentando-se nestas circunstâncias, resumida e incompletamente expostas, aliás, compreender-se há que a constituição da confederação portuguesa do trabalho é de uma necessidade absoluta e inadiável.

Tivemos o cuidado, ao fixar a directriz da organização confederal, no seu capítulo I, de não estabelecer qual a tática a adoptar pelos organismos confederados.

Dessa directriz resalta, necessariamente, uma orientação que se pode definir por *esforço próprio*, pois a experiência, longa e dolorosa, do proletariado, nas suas lutas cotidianas, é cheia de ensinamentos demonstrativos de que os trabalhadores não devem aceitar a interferência de pessoas ou instituições estranhas e com interesses morais ou económicos, diferentes ou opostos, aos dos próprios trabalhadores.

Não se infira, todavia, que essa doutrina é uma imposição dogmática a todos os organismos confederados. Demais sabemos nós quão instável é a orientação da acção sindical, como sabemos, igualmente, que a maior parte dos sindicatos que mais tem usado a acção directa nas suas lutas, a põem de parte em determinados casos, por circunstâncias de momento, embora estranhas á sua vontade.

A nós impunha-se-nos o dever de considerar a psicologia do actual momento, que não permite ambiguidades nem sofismas, quanto aos fins da organização ou quanto aos meios.

Uma coisa está claramente definida: é a autonomia sindical. E isso basta para que todos os organismos estejam á vontade dentro da confederação.

O uso do *label* e da caderneta confederal impõe-se pela sua utilidade.

O *label* é o sinal pelo qual se reconhece quais os organismos que cumprem os seus deveres de confederados na luta cotidiana contra o patronato. Em qualquer conflito, os sindicatos serão sempre auxiliados pelos restantes, pelas federações e confederação. Em caso contrário, a não aposição da marca confederal nos documentos sindicais determina a negação da solidariedade, pois se supõe a não filiação desse organismo na confederação.

O uso da caderneta confederal por parte dos sindicatos, comporta a uniformização do serviço de cobrança em toda a organização do país.

Os recibos das cotas sindicais em uso em parte da organização sindical extraviam-se facilmente e o sindicato chega a esquecer-se de que é agremiado; e as cadernetas por chancela em uso por outra parte da organização, apenas ao operário dão a impressão de que é sindicado, estando uns e outros esquecidos de que outros organismos seus existem, ou devem existir, que merecem igual carinho e amor.

A caderneta confederal satisfaz esse triplo fim, e o operário, de posse dessa caderneta, pagando em dia as suas cotas, sabe que em todos esses organismos é bem acolhido e deles recebe a assistência e solidariedade que lhe são necessárias na luta contra as injustiças com que o regime capitalista o esmaga.

Vários organismos desejam que para *A Batalha* se elaborem umas bases especiais. Entendemos, por tal motivo, fixar a súmula dessas bases num capítulo especial dos estatutos confederais. Crêmos satisfazerem a todos, porquanto, dando-se-lhe à parte administrativa a necessária autonomia financeira, à parte redactorial, campo amplo para imprimir ao jornal uma feição revolucionária moderna de combate, de crítica e de educação de dentro das aspirações máximas do proletariado, não esquecendo o regime comanditário ao seu quadro gráfico, se o preferir; pondo todos os componentes do jornal à vontade para que produzam, com amoroso carinho, mutuamente inteligenciados, uma obra fundamentalmente emancipadora, tais bases são as que melhor poderão satisfazer a todos os organismos nesta hora de transformação social-libertadora.

A cotisação pode parecer elevada, especialmente para os sindicatos que lutam com dificuldades financeiras ou ainda para aqueles que, não tendo tais dificuldades, são vítimas de certo amor ao dinheiro, esse egoismo que tolhe toda a iniciativa que demande despesa.

A todos observaremos que as aspirações de emancipação jámais serão satisfeitas, enquanto houver classes mal organizadas e outras que nem organização possuem.

Uma vastíssima obra há ainda a realizar, e essa obra só a pode fazer a Confederação.

Cumpra aos mais conscientes — e são todos os sindicatos — contribuir para ela e parte-se do princípio de que cada um contribue consoante as suas forças. Três ou quatro centavos com que cada um contribua por mês para o funcionamento de todos os seus organismos federais, não é sacrificio demasiado, demais tendo-se em conta que se colherão dia a dia os beneficios e se completa e robustece a organização portadora dos alicerces da sociedade transitória do futuro, onde cada um terá assegurado o seu talher no banquete da vida.

Pôsto isto, que supomos ser sufficiente para justificar a necessidade da organização da Confederação e para esclarecer as razões determinantes de vários principios consignados no projecto de estatutos daquele organismo, devemos acrescentar que a vasta obra a realizar e para a efectivação da qual é pouco o tempo de que dispomos, será um facto se houver a compreensão exacta das responsabilidades que impendem sobre a organização no momento que passa e houver a imprescindível boa vontade de trabalhar com afino nessa obra.

ESTATUTOS

— IIIA —

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

Dos objectivos

Artigo 1.º A Confederação Geral do Trabalho constitui-se com os seguintes objectivos:

1.º O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados do país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física.

2.º Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salariato e do patronato, e posse de todos os meios de produção;

3.º Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais dos outros países, para a ajuda mútua, numa comum inteligenciação, que conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua emancipação integral da tutela opressiva e exploradora do capitalismo.

CAPÍTULO II

Da constituição

Art. 2.º A Confederação Geral do Trabalho é constituída:

a) Pelas Federações de Indústria;

b) Pelos Sindicatos nacionais de indústria;

c) Pelas Uniões Locais de Sindicatos vários;

d) Pelos Sindicatos cujas indústrias não possuam ainda Federações nacionais e que estejam isolados em localidades onde não haja União Local;

e) Pelos Sindicatos que possuindo, embora, Federação, não seja esta aderente à Confederação, ou que pela sua estrutura especial não possam ingressar nas Uniões Locais.

§ 1.º Fora do disposto nas alíneas d) e e) do artigo 2.º, os sindicatos só podem fazer parte da Confederação por intermédio das respectivas Federações de Indústria e Uniões Locais, onde devem estar simultaneamente federados.

§ 2.º Exceptuam-se da disposição do § anterior os sindicatos que sejam impedidos de ingressar nas respectivas federações, por virtude de éstas se orientarem por normas anti-sindicalistas, mas só no caso de tais sindicatos serem adherentes à U. S. O. Local.

Art. 3.º Todos os organismos operários que desejarem ingressar na Confederação, além de terem que entrar, no acto da adesão, com a cota estipulada no n.º 3 do art. 38.º, terão que o participar em officio autenticado, no qual conste a sua população federada ou associada e a aceitação do presente estatuto, enviando por sua vez o que possuir.

Art. 4.º Todos os confederados terão que cumprir as resoluções tomadas colectivamente, sempre que estejam de harmonia com os objectivos da Confederação, dentro dos Sindicatos e das Federações, respeitando-se o principio de que o individuo é autónomo no Sindicato, éste dentro das Federações e estas dentro da Confederação, etc.

CAPÍTULO III

Das secções

Art. 5.º A Confederação divide-se em duas secções, a saber: Secção das Federações de Indústria, dos Sindicatos Nacionais e Sindicatos isolados e Secção das Uniãoes Locais de Sindicatos vários.

Art. 6.º São attribuições da primeira:

1.º Manter as relações entre as Federações de Indústria, os Sindicatos Nacionais e os isolados, para coordenar a acção destes organismos e tomar as medidas para sustentar a acção no terreno da luta económica em especial, e, dum modo geral, em conformidade com o disposto no capítulo I deste estatuto;

2.º Criar e provocar a organização de Federações de Indústria;

3.º Promover a adesão à respectiva União Local, dos Sindicatos que às Federações de Indústria adiram.

Art. 7.º A outra secção agrupa as Uniãoes Locais e tem por attribuições:

1.º Manter relações entre todas as Uniãoes, para coordenar e simplificar o trabalho destes organismos;

2.º Criar ou provocar a organização de novas Uniãoes em todas as localidades que as não tenham;

3.º Organizar periodicamente, com as informações fornecidas pelas Uniãoes Locais ou por quaisquer outros organis-

mos sindicais, estatísticas da produção, do consumo, da falta de trabalho; estatísticas comparativas dos salários e custo da vida de cada região, ou localidade;

4.º Facilitar a colocação e transporte dos operários de todas as profissões, qualquer que seja o seu sexo, raça ou nacionalidade, desde que este demonstre ser sindicado;

5.º Vigiante atentamente a marcha da legislação operária com o fim de assinalar-lhe as vantagens ou inconvenientes, para as organizações confederadas;

6.º Ocupar-se de tudo que respeita à administração sindical e à educação moral dos operários;

7.º Promover a adesão à respectiva Federação de Indústria dos Sindicatos que às Uniões Locais adiram.

§ único. Para desenvolver a organização na provincia, poderá esta secção promover conferências anuais dos secretarios gerais das Uniões de Sindicatos, assistidos da Confederação a fim de consertarem no melhor meio de estender a propaganda às localidades circunvisinhas das sedes daquelas uniões, utilizando-se dos militantes mais experimentados e conhecedores para aquelle efeito.

Art. 8.º Cada uma das secções reunirá separada e ordinariamente duas vezes por mês, e extraordinariamente sempre que o reconheça necessário.

Art. 9.º Cada secção nomeará dois secretários, um efectivo e outro adjunto, ambos com funções permanentes.

Art. 10.º Para simplificação e distribuição de trabalhos, poderá cada secção nomear sub-comissões especiais.

§ único O Conselho Juridico, que será composto por delegados das duas secções, tem funções autónomas, fixadas no seu regulamento privativo, e funcionará junto da secção das Uniões Locais.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Confederal

Art. 11.º O Conselho Confederal é formado pela reunião dos delegados das duas secções, sendo suas attribuições:

- a) Executar as decisões dos Congressos nacionais;
- b) Intervir em todos os acontecimentos da classe operária e pronunciar-se sobre todos os pontos de ordem geral;
- c) Decidir sobre as propostas, observações ou modificações que cada uma das secções ou qualquer das comissões do jornal apresente no interesse superior do proletariado organizado.

d) Fazer-se representar junto de quaisquer agrupamentos confederados aos quais tenha de prestar o seu auxilio;

e) Enviar delegados aos organismos confederados, quando assim o requeiram ou haja de tal necessidade.

§ 1.º Em casos de greve de reclamação os organismos confederados prestarão ao Conselho, com a possível antecedência, todos os esclarecimentos necessários, por intermédio das secções confederadas;

§ 2.º Em casos de perseguições por questões sociais proceder-se há da mesma forma, enviando à Confederação todos os esclarecimentos necessários para que esta possa exercer a sua acção.

Art. 12.º Cada organismo é representado nas respectivas secções por dois delegados, um efectivo e outro adjunto.

§ 1.º Os mandatos dos delegados serão revogáveis a todo o tempo pelos respectivos organismos, com motivo justificado;

§ 2.º Qualquer das secções, ou o Conselho Confederal, quando reconhegam em algum dos seus delegados falta de assiduidade, incompetência, incompatibilidade moral ou tendências para desvio dos objectivos da organização, demiti-lo há e participará ao organismo que êle representar o motivo da sua demissão.

Art. 13.º O Conselho Confederal terá as suas reuniões ordinárias todos os meses e extraordinariamente sempre que seja convocado por uma das secções, ou pelo Comité Confederal.

§ único. Todas as resoluções são válidas, qualquer que seja o número dos delegados presentes.

Art. 14.º Quando o Conselho Confederal tenha dúvidas sobre qualquer questão que lhe fôr apresentada para resolver, submeterá a mesma ao estudo dos organismos aderentes, comunicando êstes, por escrito, o resultado do seu estudo, salvo se preferirem que a mesma seja tratada em Congresso.

Art. 15.º Os trabalhos do Conselho Confederal são dirigidos por uma mesa composta de um presidente, nomeado em cada sessão, e dois secretários, sendo êstes effectivos.

CAPÍTULO V

Do Comité Confederal

Art. 16.º A Confederação terá um Comité Confederal, composto de sete membros: um secretário geral, dois secretários adjuntos, um bibliotecário-arquivista, saídos dois por

cada secção; um tesoureiro e dois vogais do Conselho Confederal. As suas reuniões serão semanais.

§ único. Este Comité servirá, de Congresso a Congresso, sendo pelo mesmo nomeado, tendo o Conselho Confederal igual prerrogativa para a substituição de qualquer dos seus membros ou da sua totalidade, em caso de absoluta necessidade.

Art. 17.º Pertence ao Comité Confederal:

- 1.º A parte administrativa da Confederação;
- 2.º Resolver todas as questões urgentes, fazendo-as ratificar por qualquer das secções, conforme a questão diga respeito a uma ou a outra, ou ainda ao Conselho Confederal;
- 3.º A execução das decisões do Conselho Confederal, quando estas sejam de carácter geral, salvo os casos em que o mesmo prefira a nomeação de uma comissão especial;
- 4.º Elaborar, todos os trimestres, um mapa de receita e despesa, que apresentará ao Conselho Confederal.

Art. 18.º Todos os serviços prestados por qualquer comissão ou delegacia serão gratuitos, quando não tenham de perder trabalho; porém, os dias perdidos para esse fim serão pagos por igual salário ao que os comissionados auferem no exercício da sua profissão. Os transportes e hospedagem serão igualmente pagos.

Art. 19.º Será considerado demissionário o membro do Comité, ou de qualquer outra comissão, que tenha três faltas consecutivas sem motivo justificado.

Art. 20.º Em caso de demissão parcial do Comité, ou de revogação do respectivo mandato, mesmo que essa demissão ou revogação compreenda a maioria, os restantes devem continuar no exercício das suas funções até decisão do Conselho.

Art. 21.º Compete, especialmente:

Ao secretário geral: fazer toda a correspondência de carácter geral, tanto do país como do estrangeiro; assinar, conjuntamente com o secretário de cada secção, toda a correspondência que diga respeito a cada uma; comparecer a todas as reuniões do Comité de cada uma das secções e do Conselho Confederal, salvo nos casos de força maior e justificá-los; relatar os trabalhos que forem apresentados ao Conselho e representar a Confederação quando e onde seja necessário.

Aos secretários adjuntos: redigir as actas do Comité e fazer a escrita administrativa.

Ao bibliotecário arquivista: arquivar todos os documentos recebidos, livros, etc.

Ao tesoureiro: ter sob sua guarda os fundos e documentos de receita e despesa desde que tenham o visto do secretário geral, assinar os recibos de cotas e prestar contas de toda a gerência.

Aos vogais, auxiliar todos os trabalhos do Comité, tanto quanto às relações como à administração.

Art. 22.º O comité é solidariamente responsável em todos os seus actos e por todos os valores pertencentes à Confederação.

§ único. A responsabilidade colectiva cessa quando apurada a responsabilidade individual.

CAPÍTULO VI

Do "label," e caderneta confederal

Art. 23.º Todas as organizações confederadas usarão nos seus documentos, impressos ou manuscritos, o distintivo da Confederação: *Label*, sem o uso do qual não serão reconhecidas para os efeitos de solidariedade mútua por parte das restantes organizações, em casos de greve, etc.

§ único. Só poderão usar o *label* confederal os organismos que satisfaçam o disposto no artigo 3.º e os §§ do artigo 2.º

Art. 24.º Cada sindicato possuirá uma caderneta confederal, na qual será simultaneamente colado um selo correspondente à cota de sindicato, em quadrados referentes a cada semana, e, à margem, em quadrados mensais, outros selos, representativos, respectivamente, da Federação de indústria e da Confederação.

Art. 25.º Nenhum operário sindicado terá direito a qualquer auxilio, desde que não possua a caderneta confederal de sindicato.

§ único. A Confederação fornecerá, por intermédio das Federações de Indústria ou Uniões Locais, todos os selos-label, que cada Sindicato necessite para os seus sindicados.

CAPÍTULO VII

Do jornal

Art. 26.º O órgão oficial da Confederação, na imprensa, o jornal *A Batalha*, de publicação diária.

Art. 27.º A orientação de *A Batalha* é inspirada na luta de classes sociais, fundamentando a sua doutrina nos objectivos da Confederação, consignados no capítulo 1.º destes estatutos.

Art. 28.º Em *A Batalha* poderão colaborar todos os indivíduos livremente, desde que seja respeitada a sua orientação básica, nunca se rejeitando, contudo, a colaboração com carácter progressivo e emancipador.

Art. 29.º Para que tenha uma feição moderna, deve *A Batalha* aceitar colaboração sobre ciência, arte, sociologia, higiene, literatura, história, pedagogia racionalista e tudo o mais que contribua para o estudo e educação intelectual da classe operária, sempre que o espaço não lhe seja necessário para tratar as questões de momento: greves, vida sindical, etc., que interessem imediatamente à classe operária.

Art. 30.º As comissões de redacção e administração são autónomas, mas responsáveis, perante o Conselho Confederal, pela vida do jornal, devendo, sempre que sejam convidados, prestar esclarecimentos ou apresentar qualquer proposta para estudo ao referido conselho, os administrador e redactor principal.

Art. 31.º Para estabilizar e desenvolver a vida do jornal, deve existir sempre a mais perfeita e cordial comunhão de vistas entre as comissões de redacção e administração e o quadro tipográfico, devendo o regime de trabalho dêste ser, de preferência, a *comandita*.

§ 1.º Sempre que a administração ou a redacção hajam de tomar quaisquer deliberações respeitantes à vida do jornal, não o poderão fazer senão de comum acordo com o Comité Confederal.

§ 2.º Os cargos de administrador e redactor principais serão desempenhados por delegados do Conselho Confederal.

CAPÍTULO VIII

Dos congressos

Art. 32.º A Confederação realizará os seus congressos ordinários de dois em dois anos, e extraordinários sempre que o Conselho Confederal a essa convocação seja forçado por questões graves e importantes, tanto nacionais como internacionais e que o mesmo não tenha competência para resolver.

Art. 33.º Cada organização far-se-á representar por um ou três delegados directos.

§ 1.º Só será aceite a acumulação de mandatos para os sindicatos de fora do continente, devendo as delegações indi-

rectas ser preenchidas por assalariados e sindicados da mesma indústria.

§ 2.º Não serão aceites delegados que exerçam funções políticas de qualquer espécie e hem assim cargos de confiança do governo, embora não políticos.

Art. 34.º As reuniões dos Congressos realizar-se hão nos dias que forem escolhidos pelo Conselho Confederal e em localidades diferentes, devendo ser a data fixada com três meses de antecedência para os Congressos ordinários.

Art. 35.º Logo que os congressos sejam convocados, cada organismo aderente poderá enviar à Confederação qualquer questão por escrito que entenda dever tratar-se, além de ser incluída na *Ordem dos Trabalhos*, a qual, assim como as questões a resolver ou teses a discutir, deverão ser distribuídas com a máxima antecedência aos organismos aderentes para os respectivos delegados as estudarem.

Art. 36.º As cotas para as despesas dos congressos serão fixadas pelo Conselho Confederal.

Art. 37.º Em cada Congresso será designado o local do imediato.

CAPÍTULO IX

Do fundo

Art. 38.º Para permitir à Confederação assegurar os seus diversos serviços, os organismos confederados são obrigados a contribuir:

1.º As Uniãos Locais, com 10 centavos por cada sindicato seu aderente e por mês;

2.º As Federações de Indústria, os Sindicatos nacionais e os isolados com 2 centavos por mês, por federado ou sindicado, dos quais 25 % serão destinados ao cofre privativo do Conselho Jurídico e 75 % para as despesas da respectiva secção;

3.º Com a cota de admissão, paga por uma só vez e por cada sindicato, na importância de 2500, da qual sairão 40 % para fundo do jornal *A Batalha*.

Art. 39.º A tesouraria da Confederação é uma só. Porém, cada uma das secções terá fundos à parte, provenientes da sua cotisação especial;

§ único. Quando o Conselho Confederal tomar decisões de carácter geral, com aumento de despesa, esta é paga em partes iguais pelo orçamento de cada secção.

CAPÍTULO X

Disposições gerais

Art. 40.º Todo o organismo aderente que se recuse a prestar o seu concurso à execução de quaisquer trabalhos que a Confederação promova em benefício do proletariado ou que esteja em atraso de mais de três meses de cotização, será suspenso se deixar sem resposta o convite para explicações ou o aviso para pagamento que lhe forem dirigidos.

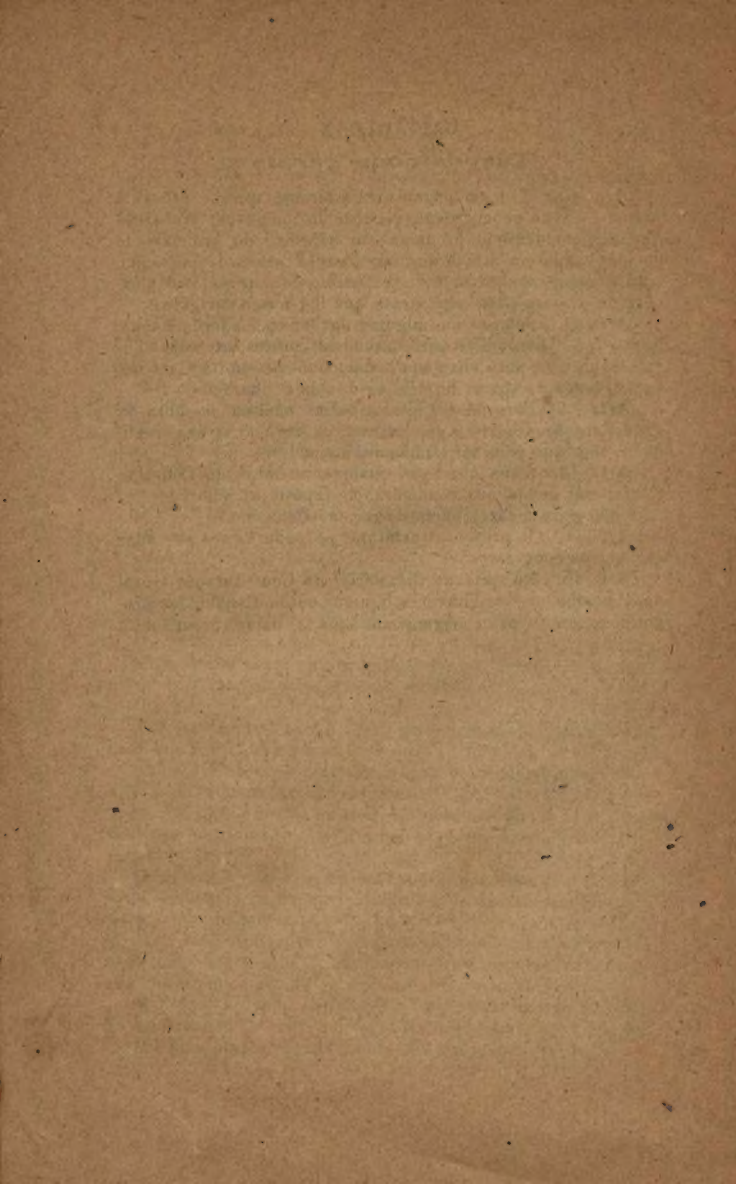
Art. 41.º Sempre que alguma agremiação aderente tome quaisquer deliberações que contendam com os interesses gerais operários, será obrigada a dar conhecimento à Confederação, antes de entrar na prática dessas deliberações.

Art. 42.º Fora do organismo social, nenhum membro da Confederação a poderá representar ou invocar a sua qualidade, sem que para tal tenha prévios poderes.

Art. 43.º Uma vez que qualquer membro do Conselho Confederal esteja nas condições do exposto no § 2.º do art. 33.º não poderá fazer parte do mesmo Conselho.

Art. 44.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados por outros congressos.

Art. 45.º No caso de dissolução da Confederação Geral do Trabalho, os seus haveres liquidados serão distribuídos proporcionalmente pelos organismos que a hajam constituído.





152

I.C

P.O. 1135